

# A PROPAGAÇÃO DO PENSAMENTO COLONIAL NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

CERRI, Thelma Chiarelli<sup>1</sup>  
MIRANDA, Marina Rodrigues<sup>2</sup>

## Resumo

Este artigo tem por objetivo evidenciar a necessidade de desenvolver um processo formativo implicado à temática dos povos indígenas, a fim de investigar a interferência do pensamento colonial na ideologia dos educadores e reproduzida nas relações educativas e práticas pedagógicas na Educação Básica, tendo em vista que a história registrada pelos colonizadores em detrimento das histórias dos povos indígenas e reverberada ao longo dos anos, não revela o projeto opressor de invisibilidade desses povos ancestrais. Séculos depois, essa realidade ainda se propaga através de comportamentos colonizados e opressores como o não reconhecimento e valorização das minorias nas práticas pedagógicas e quando ocorrem, na maioria das vezes, é meramente para o cumprimento da legislação. Diante desta realidade buscar-se-á a vivência formativa que irá se propagar no município de São Gabriel da Palha com educadores de diferentes escolas da Educação Básica. A circularidade de literaturas indígenas também é um potente artefato na formação continuada que será utilizada para o fomento de outras perspectivas de aprendizagens, contextualizadas e significativas, tecendo uma consciência coletiva de descolonização e despadronização de práticas, métodos e currículos engessados na Educação Básica. Conclui-se quanto a necessidade de pesquisas que contribuam para a desconstrução de pensamentos e práticas colonizadoras na Educação Básica e a ruptura da perpetuação do projeto opressor de homogeneidade que fere o direito dos povos subalternos e favorece a classe dominante.

**Palavras-chave:** formação; literatura; desconstrução; indígenas.  
training; literature; deconstruction; indigenous.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Ensino na Educação Básica do Centro Universitário Norte do Espírito Santo. Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: [thelma.cerri@edu.ufes.br](mailto:thelma.cerri@edu.ufes.br)

<sup>2</sup> Doutora em Educação. Professora de Pós-graduação em Ensino na Educação Básica do Centro Universitário Norte do Espírito Santo. Universidade Federal do Espírito Santo. Email: [marina.r.miranda@ufes.br](mailto:marina.r.miranda@ufes.br)

## Introdução

Este artigo reverbera sobre o tema: A propagação do pensamento colonial nas práticas pedagógicas da Educação Básica. Um estudo relevante diante da necessidade de evidenciar a história registrada pelos colonizadores que em detrimento das histórias dos povos indígenas não revela o projeto opressor de invisibilidade desses povos ancestrais que tiveram suas terras invadidas, seus direitos, culturas, religiões, corpos, enfim, suas vidas violentadas e sua humanidade questionada. Séculos depois, essa realidade ainda se propaga diante de um ensino, muitas vezes, descontextualizado. Nesse sentido, estudar sobre os povos indígenas é uma oportunidade de desalienação, de libertar-se do processo de aculturação, impregnado em nossa formação ideológica e produzido por uma matriz cultural europeia. É indignar-se diante da realidade apresentada por Kayapó (2014, p.40): “A história hegemônica produzida e ensinada, por sua vez, é fruto de uma dada visão de mundo, em que prevalece a versão dos grupos dominantes, em detrimento das histórias dos grupos subalternos”.

Apesar de ocupar a classe média/baixa da sociedade e sempre ter estudado em escola pública, o ensino a que tive acesso me apresentou a história na versão dos grupos dominantes. Mas, assim como as águas de um rio não passam no mesmo lugar duas vezes, nós também não somos os mesmos quando tomamos consciência de que a história tem sempre dois lados. Como pesquisadora, desejo conhecer a verdadeira história de invasão, exploração, violência e epistemicídio que me antecede. Nesse Sentido ressalta Graça Graúna:

Ter uma história enraizada na terra roubada durante um processo colonial, como no caso dos colonizadores e seus descendentes, significa ter uma não identidade nutrida pelo remorso recalcado. Refletida nestas não identidades - identidades fragmentadas e/ou alienadas por condições de violência - é a importância da geografia e da memória enquanto elementos para se colocar como sujeito. Sem lugar a consciência e a subjetividade do ser humano são inconcebíveis. Este lugar pode ser de natureza geográfica e/ou linguística, religiosa, cultural- um lugar epistêmico. (2013, p. 6).

A pesquisa que por muito tempo serviu como instrumento de dominação por, na maioria das vezes, estar ao alcance dos dominadores, hoje me auxilia na busca por embasamento e subsídios que possam contribuir na reparação histórica da invisibilidade dos povos indígenas e na garantia de seus direitos.

Considerando o desejo de colocar-me como sujeito que ocupa seu lugar de fala, hoje trabalhando em uma escola de Educação Básica, com educadores que possuem forte influência na formação de crianças, busco compreender esse processo de reprodução de “verdades”. Posiciono-me a favor das minorias e luto por mudanças sociais, reconheço-me contra colonial e ativista na luta pelo fim do colonialismo imperialista e pela garantia de direitos.

Nessa perspectiva iniciei meu trabalho de pesquisa ao visitar a Aldeia Temática Tekoá Mirin, em Aracruz, ES, com meu olhar colonizado sentia-me capaz de analisar a vivência daquele povo e descrever sua cultura, crenças, valores e registrar através de uma análise “verdades” que constatei.

No mesmo período adentrava-me nas obras de autores indígenas, como Linda Smith

Incomoda-nos saber que os pesquisadores e intelectuais do Ocidente podem presumir que conhecem tudo o que é possível sobre nós, com base em um breve encontro com alguns indivíduos de nossa comunidade. Assusta-nos o fato de que o ocidente possa desejar extrair e reivindicar posse de nossos modos de conhecer, de nossa imagem, das coisas que criamos e produzimos, e ao mesmo tempo rejeitar as pessoas que criaram e desenvolveram tais ideias, sobretudo negando-lhes oportunidades para serem criadoras de sua própria cultura e de sua própria nação. (2021, p. 11).

Quanta pretensão acreditar que é possível escrever sobre a grande diversidade dos povos indígenas através de uma pesquisa superficial, na qual, falamos “do outro” como quem pertence àquela cultura. Nesse momento inicia-se um processo de envergonhamento e desconstrução: Não basta boa vontade, é preciso leitura, pesquisa, busca por conhecimento. Em sua obra, a autora continua indagando sobre a utilidade da pesquisa ocidental para os povos indígenas. Era como se ela dialogasse comigo, cada página do livro acertava em cheio minha ideologia colonizada e me fazia repensar sobre a intencionalidade de minha pesquisa e conclui que eu era mais uma julgando-me superior, capaz de escrever sobre a identidade de um povo que eu mal ouvira falar em minha formação escolar, nas aulas de história e quando isso ocorria era de maneira superficial e estereotipada. Minha pesquisa não seria capaz de cumprir sua função na resolução de problemas, pois eu nem sequer conhecia tais problemas, não os vivenciava. Seria apenas mais uma “pesquisa padrão” que após registrada traria um retorno pessoal, somente. É pouco para quem deseja contribuir com o coletivo. Voltei meu olhar sobre mim, minha história, minha cultura e senti a importância de pessoas como eu, não apenas me aventurar na pesquisa, mas

contribuir na busca por respeito e valorização das diversas culturas dos povos indígenas e compreender o quanto o enraizamento do pensamento colonial interfere na formação ideológica e práticas pedagógicas de educadores da Educação Básica.

## **1. Objetivos**

### **1.1 Objetivo Geral**

- Investigar, a partir de um processo formativo implicado à temática dos povos indígenas, a interferência do pensamento colonial na formação dos educadores e reproduzida nas relações educativas e práticas pedagógicas na Educação Básica.

### **1.2 Objetivos Específicos**

- Promover um curso formativo de curta duração acerca dos povos indígenas, para educadores da Educação Básica de São Gabriel da Palha;
- Constituir processos formativos implicados a auto biografia e vinculados a ancestralidade dos professores cursistas;
- Fomentar a circularidade de literaturas indígenas no ambiente escolar, a fim de observar o comprometimento, vínculos identitários de estudantes e educadores sobre os temas abordados;

## **2. Metodologia de estudo**

Optou-se pela Pesquisa Qualitativa, não de forma genérica ou extensiva, por não envolver números, como alerta Marli André, mas por ter o foco da investigação centrado na compreensão dos significados atribuídos pelos sujeitos às suas ações (p.11, 1995). Utilizar-se-á, mais precisamente a pesquisa participante[...]porque parte do princípio de que o pesquisador tem sempre um grau de interação com a situação estudada, afetando-a e sendo por ela afetado". (André, p. 22, 1995) e ainda, por desenvolver os passos:

1. Definir o problema de pesquisa.
2. Construir o referencial teórico para o problema encontrado.
3. Identificar o grupo com o qual a pesquisa será conduzida.
4. Apresentar ao grupo identificado o problema em questão e motivá-lo a buscar um método de solução
5. Coletar os dados por meio dos instrumentos eleitos.
6. Analisar os dados
7. Construir a conclusão do trabalho. (Malheiros, 2011, p. 111)

Dessa forma, buscar-se-á a realidade formativa que irá se propagar no município de São Gabriel da Palha na proposição de formação continuada com educadores de diferentes escolas da Educação Básica promovendo a circularidade formativa. Os instrumentos utilizados serão compostos por cadernos de campo de memória e formação, formulário de pesquisa semiestruturado e observação com notas de campo de todos os processos educativos do acervo programático da formação continuada a ser instituída, fortalecendo o currículo aplicado;

Realizar-se-á através do caderno etnográfico, uma pesquisa com educadores cursistas, vinculada a auto biografia, ancestralidade, costumes e crenças que permeiam suas culturas e evidenciar a influência dos povos indígenas em nossa vida, bem como desmistificar, caso necessário, a imagem folclórica de índios propagada pelos colonizadores e reproduzida por muitos, ao longo de décadas, por falta de pesquisa e conhecimento.

O estudo consistirá, ainda, em promover a circularidade de literaturas indígenas promovendo a formação continuada através do fomento de processos educativos por outras perspectivas de aprendizagens contextualizadas e significativas, tecendo uma consciência coletiva de descolonização e despadrãoização de práticas, métodos e currículos engessados na Educação Básica.

A pesquisa apresenta-se também como “Pesquisa do tipo etnográfico, que se caracteriza fundamentalmente por um contato direto do pesquisador com a situação pesquisada, permite reconstruir os processos e as relações que configuram a experiência escolar diária”. (André, 1995, p. 32). Para isso serão realizadas vivências em aldeamentos, participação em congresso sobre a temática indígena, na busca de uma desconstrução do pensamento colonizado.

Partindo de uma realidade concreta da vida dos participantes, com diferentes interações, Brandão contribui na reflexão quanto a intencionalidade da pesquisa:

[...] A consequência desse ponto de partida da *pesquisa participante* é o de que a confiabilidade de uma ciência não está tanto no rigor positivo de seu pensamento, mas na contribuição de sua prática na procura coletiva de conhecimentos que tornem o ser humano não apenas mais instruído e mais sábio, mas igualmente mais justo, livre, crítico, criativo, participativo, co-responsável e solidário. (Brandão; Streck, 2006, p.21)

Nesse sentido, a pesquisa só se torna relevante ao contribuir com a mudança positiva da realidade, na qual se identifica fragilidade, desigualdade ou injustiça social.

### **3. A mediação da temática Indígena na Educação Básica**

O atual cenário político, econômico, social e principalmente ambiental brasileiro é consequência da desestruturação das formas próprias de organização política, social e espacial dos povos originários. Toda essa violência epistêmica, produzida em prol de um projeto capitalista e irracional, apresenta esses povos, pela sua relação de envolvimento com a natureza, como inimigos do progresso nacional, os generaliza e silencia ao longo da história.

Muitas vezes, em nome de uma qualidade colonialista, estes desiguais ficam subjugados em segundo plano, pois são vistos como inferiores, incapazes, preguiçosos e que não possuem interesses de mudar a sua condição social ou que não apresentam nada para contribuir com a sociedade nacional, comprometendo assim a tão sonhada sociedade pluriétnica e pluricultural, não apenas como discurso ou teoria, mas como convivência e coexistência humana, na sua diversidade. (Baniwa, 2019, p.100)

É necessário pesquisar a formação ideológica de educadores sobre os povos indígenas no Brasil, com vistas a compreender a influência dessa abordagem histórica nas práticas educativas das escolas e construir a ideia de como essa instituição, apesar das ideologias dominantes ainda presentes em seus currículos, pode contribuir com o processo de descolonização do pensamento. “[...] a educação participa do processo de produção de crenças e ideias, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto, constroem tipos de sociedades. E esta é a sua força”. (Brandão, 1993, p.11)

É tempo de rever o que a escola e a sociedade ensinam sobre a temática dos povos indígenas, eliminando preconceitos e equívocos produzidos historicamente sobre esses povos, os quais viveram e seguem uma trajetória de luta, resistência, não aceitação da ideia de que indígenas são todos iguais. Nesse contexto, alguns avanços foram conquistados. Nos fins da década de 1970, o governo autoritário entrou em derrocada, desembocando na Constituição de 1988 e nos seus desdobramentos, especialmente a partir da criação das Leis 10.639/03 e 11.645/08.

“Mas ainda precisamos avançar na direção da convivência, da partilha solidária de espaços, tempos, recursos, oportunidades e direitos. A tolerância não garante direitos. A escola vem tolerando a diversidade, pois a legislação obriga aceitar, mas percebe-se que pouco avançou no sentido de garantir o convívio solidário dos diferentes na escola”. (Baniwa, 2019, p. 99)

A criação das leis foi um grande avanço na luta pela valorização e reconhecimento dos povos indígenas, porém, por si só não garante o direito, a visibilidade, audibilidade e mudança de postura da escola, dos professores e pesquisadores, pois estes também tiveram suas formações pautadas em uma educação colonizadora que não foi pensada para liberdade de pensamento ou expressão, nem para análise crítica e contestação, mas para reproduzir os interesses da classe dominante, a qual, justifica através de uma “falsa generosidade” a necessidade de manter a “ordem e o progresso”.

Nenhuma pedagogia realmente libertadora pode ficar distante dos oprimidos, quer dizer, pode fazer deles seres desditados, objetos de um “tratamento” humanitarista, para tentar, através de exemplos retirados de entre os opressores, modelos para sua “promoção”. Os oprimidos hão de ser o exemplo para si mesmos, na luta por sua redenção. (Freire, 2022, p.56)

Uma pedagogia arbitrária não pode servir ao outro como forma de libertação. Cada povo sabe o que é melhor para si e qual educação atende as suas necessidades. Certamente, os ensinamentos impostos aos povos indígenas pelos colonizadores de nada lhes serviam, pois é completamente desvinculada de sua realidade. A educação do colonizador contém o saber de seu modo de vida e serve como domínio e opressão. Por isso, os povos originários sempre resistiram, mantendo viva sua cultura, suas crenças, seus conhecimentos, seu mundo. Não aceitando a homogeneidade, nem o rótulo de inferioridade.

A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível. (Krenak, 2019 p.9).

O trecho de Krenak evidencia o grande equívoco sustentado desde o início da colonização: Quem é a humanidade esclarecida? Quem deve aprender com quem? Como seria a vida, atualmente, se os colonizadores tivessem conhecido, respeitado e aprendido a cultura indígena? Tais indagações, diante de cenários de degradação do meio ambiente, desrespeito pela vida e a necessidade de aprendermos formas de relacionar-nos de maneira equilibrada, compreendendo-nos como parte da natureza, motivam o estudo desse tema.

Ao contrastarmos o modo de vida dos não indígenas com os hábitos e culturas indígenas é impossível cogitar a homogeneidade entre os povos. A alienação produzida pelo capitalismo, atrelada ao consumismo, ao trabalho desenfreado e mecânico, a habitação de ambientes artificiais, o consumo de alimentos envenenados por agrotóxicos, sob a justificativa de grande produção, a poluição do ar e da água são perdas dos vínculos com nossa memória ancestral. Percorrendo estes caminhos chegaremos a total desconexão com o cosmos, conosco mesmos e seguimos substituindo a cidadania pelo consumismo.

[...] E nossas crianças, desde a mais tenra idade, são ensinadas a serem clientes. Não tem gente mais adulada do que um consumidor. São aduladas até o ponto de ficarem imbecis, babando. Então para que ser cidadão? Para que ter cidadania, alteridade, estar no mundo de uma maneira crítica e consciente, se você pode ser consumidor? Essa ideia dispensa a experiência de viver numa terra cheia de sentido, numa plataforma para diferentes cosmovisões. (Krenak, 2019, p. 24)

As crianças aprendem o que lhes é ensinado e vivenciam o que lhes é ofertado. É esse o futuro que preparamos para elas. Um futuro como clientes, como consumidores, sem a menor consciência ou análise crítica da realidade, cuja necessidade de consumir é incessante e a satisfação cada vez mais anulada pela ambição, em um sentimento de exteriorização em relação ao universo, como se sua humanidade estivesse fora do planeta. Tal visão pretende justificar tanta agressão, exploração e desrespeito à natureza. A alienação torna essas crianças, jovens, adultos e idosos incapazes de perceber que a degradação da natureza é também a delas. Nos alerta Boff (2023) que o planeta enfrenta atualmente um processo de ebulição, devido a negligência humana, principalmente do industrialismo e produtivismo capitalista, que utilizam exorbitantemente elementos causadores do efeito estufa. Nesse sentido, Paulo Freire, ressalta a impossibilidade da neutralidade diante dessa realidade:

[...] O compromisso, próprio da existência humana, só existe no engajamento com a realidade, de cujas “águas” os homens verdadeiramente comprometidos ficam “molhados”, ensopados[...]. A neutralidade frente ao mundo, frente ao histórico, frente aos valores, reflete apenas o medo que se tem de revelar o compromisso[...]. Estão “comprometidos” consigo mesmos, com seus interesses, com os interesses dos grupos aos quais pertencem. E como este não é um compromisso verdadeiro, assumem a neutralidade impossível. (Freire, 2011, p. 19)

Cada pessoa assume um compromisso. Se não é coletivo, é individual, egoísta e egocêntrico. Talvez essa seja a grande questão que difere os povos indígenas dos



não indígenas: o compromisso, a responsabilidade com o outro, sendo ele natureza, vida. Reforça Baniwa (2019, p. 84-85) sobre as cosmologias ameríndias:

[...]uma pessoa não pode ser considerada apenas como um indivíduo ou um átomo em si mesmo. Primeiro, porque ela não é uma unidade acabada, definida, autorreferente, autossuficiente...Segundo, porque ela é totalmente dependente da natureza, da relação com os seus pares da natureza. Isso faz com que os povos indígenas nunca busquem dominar ou explorar a natureza e sim conhecê-la, reconhecê-la e compreendê-la para segui-la e obedecê-la[...]

Os povos indígenas se relacionam com o presente e o passado, num movimento dinâmico de resistência e luta para continuidade e manutenção de suas tradições e saberes milenares que mantém rios limpos, florestas preservadas e um encantador equilíbrio com a natureza. Considerando as crises econômicas, socioambientais e de valores éticos é fundamental que os não indígenas voltem os olhos às formas de vida desses povos e aprendam com eles, cuja sobrevivência está pautada na harmonia e equilíbrio enquanto parte da natureza.

#### **4. Considerações Finais**

No intuito de pesquisar sobre a influência do pensamento colonial na formação ideológica dos educadores e a propagação desse pensamento nas práticas pedagógicas da Educação Básica e sua interferência nos estudantes; assim como contribuir com a reparação histórica de perdas de direitos dos povos indígenas e, ainda reconhecer o quanto precisamos valorizar, respeitar e aprender com esses povos na busca de uma sociedade mais humanizada é que fundamenta-se esse estudo.

Sinto ressignificada a pesquisa quando sustentada [...] “por uma necessidade de compreender o que tem alimentado tanto o colonialismo interno como as novas formas de colonização”. (Smith, p. 175, 2021). O pensamento de Linda Smith, revela que a compreensão da realidade deve ser oriunda do conhecimento da história analisada nas duas vertentes – colonizadoxcolonizador, assim como uma análise de conjuntura para compreender o que ainda fortalece e propaga o colonialismo.

É preciso que a pesquisa contribua com o processo de reconhecimento de que a história dos povos indígenas é nossa história. É parte de nós que não nos

foi contada e como não conhecemos não temos condições de transmitir culturalmente às novas gerações.

Assim, uma pesquisa implicada a partir da desconstrução e descolonização de educadores(as), pesquisadores(as) e estudantes para a construção de etnoconhecimentos, compondo reflexões pluriépistêmicas de pensamentos, tecendo uma consciência coletiva de despadrãoização de currículos engessados na Educação Básica é uma necessidade.

## 5. Referências

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

BANIWA, Gersem. **Direitos Humanos e direitos indígenas na perspectiva da Lei n. 11.645/2008**. Educação em Rede. Rio de Janeiro, v. 07, p. 82-105, 2019.

BOFF, Leonardo. **Começou a era da ebulição global do planeta?** A Terra é redonda. 2023. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/comecou-a-era-da-ebulicao-global-do-planeta/>. Acesso em: 27 de agosto de 2023.

BRANDÃO, C. R. **O que é Educação?** 28 ed. São Paulo, SP: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1993, p.11.

BRANDÃO, C.R; STRECK, D. R. **Pesquisa Participante: A Partilha do Saber**. 4 ed. São Paulo: Ideias e Letras, 2006.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 33 ed. São Paulo, SP: Paz e Terra LTDA, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 84 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

GRAÚNA, Graça. **Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

KAYAPÓ, Edson; BRITO, Tamires. A pluralidade étnico-cultural indígena no Brasil: o que a escola tem a ver com isso? **Mneme - Revista de Humanidades**, Caicó, v. 15, n. 35, p. 38-68, 2014. (Dossiê Histórias Indígenas).

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia da Letras, 2019.

MALHEIROS, Bruno Taranto. **Metodologia da Pesquisa em Educação**. Ed. LTC, 2011.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Descolonizando Metodologias: Pesquisa e povos indígenas**. Tradução: Roberto G. Barbosa. Curitiba: Ed. UFPR, 2021. 239 p.